

## Conjuntura

# A CRISE, A DÍVIDA E A VIDA

## Um olhar sobre Nossa América!

***“Éramos uma visão, com peito de atleta, mãos de janota e cara de criança.***

*Éramos uma máscara, com as calças de Inglaterra, o colete parisiense, o jaquetão da América do Norte e o chapéu da Espanha. O índio, mudo, andava ao nosso redor e ia para a montanha, para o cume da montanha, para batizar seus filhos. O negro, policiado, cantava na noite a música de seu coração, só e desconhecido, entre as ondas e as feras. O camponês, o criador, revoltava-se, cego de indignação, contra a cidade desdenhosa, contra as suas criaturas. Éramos dragonas e togas, em países que vinham ao mundo com alpargatas nos pés e fitas na cabeça. Teria sido genial irmanar a caridade do coração e a ousadia dos fundadores, a fita e a toga; desestagnar o índio; ir dando espaço ao negro suficiente; adaptar a liberdade ao corpo dos que se levantaram e venceram por ela.*

***Ficou-nos o ouvidor, e o general, e o letrado, e o prebendado.***

*A juventude angelical, como dos braços de um polvo, lançava ao Céu, para cair com glória estéril, a cabeça coroadada de nuvens. O povo nativo, com o impulso do instinto, carregava, cegado pelo triunfo, os bastões de ouro.*

***Nem o livro europeu, nem o livro ianque davam a chave do enigma hispano-americano.***

*Apareceu o ódio e os países pioraram a cada ano.*

*Cansados do ódio inútil, da resistência do livro contra a lança, da razão contra os círios, da cidade contra o campo; do império impossível das castas urbanas divididas sobre a nação natural, tempestuosa ou inerte, começa-se, inconscientemente, a experimentar o amor.*

***Os povos se levantam e se cumprimentam. "Como somos?" se perguntam; e uns a outros vão dizendo como são.*** Quando aparece um problema em Cojimar, não vão buscar a solução em Dantzig.

***As levitas ainda são da França, mas o pensamento começa a ser da América.***

*Os jovens da América arregaçam as mangas, põem as mãos na massa e a fazem crescer com a levedura de seu suor. Entendem que se imita demais e que a salvação é criar.*

*Criar é a palavra-chave desta geração. O vinho é de banana; e se sair ácido, é o nosso vinho!*

***Entende-se que as formas de governo de um país deverão se acomodar a seus elementos naturais;***

*que as ideias absolutas, para não pecar por erros de forma, devem ser postas em formas relativas; que a liberdade, para ser viável, tem que ser sincera e plena; que, se a república não abre os braços a todos, morre a república. O tigre de dentro e o tigre de fora entram pelas frestas. O general faz parar a cavalaria à passagem dos infantes. Ou, se deixa para trás os infantes, o inimigo lhe envolve a cavalaria.*

*Estratégia é política.*

***Os povos devem viver criticando-se, porque a crítica é a saúde; mas com um só peito e uma só mente.***

*Descer até os infelizes e levantá-los nos braços! Com o fogo do coração, degelar a América coagulada!*

*Verter, fervendo e latejando nas veias, o sangue nativo do país! De pé, com o olhar alegre dos trabalhadores, saúdam-se, de um povo a outro, os novos homens americanos.*

*Surgem os estadistas naturais do estudo direto da Natureza.*

***Leem para aplicar, não para copiar.***

*José Martí, in "Nossa América"*

## INDICE

1. Um mundo em crise e ebulição!
2. O Sistema da Dívida e ação da direita em todo o mundo
3. Mas, em que consiste o Sistema da Dívida?
4. O Sistema da Dívida no Brasil e na América Latina
5. Nossa América!

6. **Pobreza e Indigência na América Latina**
7. **Meio Ambiente - Não são só os empregos e as aposentadorias estão ameaçadas em Nossa América!**
8. **Juventude: desafios ainda maiores!**
9. **Povos Indígenas e Negros e o Estado Brasileiro**
10. **Mulheres – Defender seus direitos é defender a vida!**
11. **Idosos e Idosas – Desrespeito, doença e pobreza!**
12. **Luta Camponesa e Urbana no Brasil hoje!**
13. **América Latina e o Brasil – Redução da Pobreza e Concentração de Renda**
14. **Brasil - Desenvolvimentismo ou Socialização da Miséria?**
15. **América Latina – Por uma Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR).**
16. **América Latina – A Rebeldia, o Sonho e a Luta!**

### **Um mundo em crise e em ebulição!**

O que mais caracteriza a conjuntura nos últimos anos é a crise econômica, financeira, social, política, ambiental e energética.

Frente à crise, em praticamente todo o mundo os trabalhadores e trabalhadoras, os/as jovens e o povo em geral, vão à luta contra os ataques aos direitos. E, para enfrentar a crise, os governos, **que** representam os interesses das elites dominantes, adotam mecanismos e instrumentos os mais diversos e quando, há ameaça da redução dos lucros dos capitalistas, socorrem bancos e grandes empresas nacionais e internacionais, com o dinheiro público. Dinheiro que, muitas vezes, é usado inclusive para promover demissões em massa como temos visto historicamente em nosso país, em nossa América e nos últimos anos até mesmo nos países europeus, **os quais fomentam e sustentam** seu desenvolvimento e o seu estado de bem estar social, às custas dos saques, da exploração e da dominação sobre os povos dos demais continentes, em especial a América Latina e **do continente africano**.

Mas, não é só desta forma que o dinheiro da população, vai para o ralo!

Há um verdadeiro SISTEMA DA DÍVIDA, que sangra cotidianamente os recursos públicos, para alimentar o sistema capitalista mundial, cujos interesses são representados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Federal Reserve (conjunto de bancos privados), Clube de Paris, macomunados com os governos de plantão.

**Vale destacar, também, que a corrupção, as isenções fiscais, desonerações, dentre outros desvios legais e ilegais sugam somas incalculáveis.**

Esta situação tem sido enfrentada com resistência e luta! Greves e manifestações diversas, destacando-se aquelas gigantescas, que ficaram conhecidas como as jornadas de junho no Brasil e que têm coberto boa parte da Europa e até mesmo dos Estados Unidos, **mostrando a insatisfação das populações nestes** países, desmascarando a

falsa democracia, mostrando que o denominado estado de bem estar social não existe e que o capitalismo não é a saída para a humanidade.

### **O Sistema da Dívida e Ação da Direita em todo o mundo.**

Neste quadro de dificuldades, cansaço, descrédito, indignação, pelo qual passam os povos em todo o mundo, para além da mobilização e reação popular, duas questões têm vindo à tona – a do **ENDIVIDAMENTO PÚBLICO DOS PAÍSES, ESTADOS E MUNICÍPIOS** e a responsabilização dos mesmos por não terem feito os seus deveres de casa, ou seja, por não terem cassado ainda mais direitos trabalhistas, sociais, previdenciários – e a **AÇÃO DA DIREITA**, cada vez mais organizada e articulada internacionalmente, disputando, até mesmo nas ruas, suas concepções.

Obviamente a direita vai às ruas, com os meios de comunicação à frente e sem abrir mão **de** um milímetro dos seus outros métodos, como a violência em todas as suas formas, a criminalização e judicialização dos movimentos sociais.

Mas, o que se ressalta é a tentativa da mesma de influenciar os movimentos sociais e capitalizar para seus partidos, como vimos nas manifestações de 2013 e em especial nas de 2015 em nosso país. Enquanto o povo ocupa as ruas, a direita não governista busca capitalizar e ambas, esta e a direita governista se unem no Congresso Nacional e cassam direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e impõem ajustes fiscais, levando a retrocessos inimagináveis como os promovidos com as Medidas Provisórias 664 e 665 e com o Projeto de Lei 4330, que tramitam no congresso nacional. Certamente, neste embate, há questões que às vezes fogem ao controle, contradições se aguçam e criam certas dificuldades, as quais sempre os/as governantes tentam solucionar com mais verbas, mais cargos, mais concessões, quando não com mensalões, mensalinhos etc..

Por outro lado, na mesma direção, atua a Justiça brasileira, inclusive, legalizando a terceirização no serviço público, através das organizações sociais e organizações da sociedade civil, dentre outras formas de privatização deste serviço.

Nas manifestações de 2013 a tônica foi para as políticas sociais, com destaque para transporte, saúde e educação. Em 2015, com o protagonismo da direita governista e não governista, foi a corrupção e a defesa do governo. A esquerda e os setores combativos do movimento têm centrado suas lutas na defesa dos direitos, contra os ataques dos governos e patrões e contra o ajuste fiscal.

O que, de um modo geral, não tem se dado destaque é ao **SISTEMA DA DÍVIDA**, que financia e mantém esta política e é a maior fonte de corrupção, essência do sistema capitalista e causa direta do ENDIVIDAMENTO PÚBLICO e da falta de recursos para as políticas sociais. Exceção feita à AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, associação, sem fins lucrativos, criada logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado em setembro de 2000, em 3.444 municípios, por diversas entidades da sociedade civil brasileira.

Vale destacar que a Auditoria Cidadã da Dívida tem como objetivos, dentre outros, realizar a auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais. E exigir transparência de forma que os cidadãos e cidadãs “conheçam a natureza da dívida, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos” e mobilizar a sociedade para exigir a realização da auditoria oficial da dívida.

Com estes objetivos, a Auditoria tem promovido estudos, pesquisas, cursos e desenvolvido ações para popularizar a discussão do endividamento público por meio da elaboração de publicações, manutenção de página na internet e promoção de eventos. Para tanto, tem contado com o apoio e mantido relações com outras entidades e redes nacionais e internacionais. Para além do seu trabalho específico, contribuiu de forma significativa com a CPI da Dívida Pública realizada pela Câmara dos Deputados, com a Auditoria da Dívida Pública no Equador e agora está contribuindo com a Auditoria da Dívida Pública da Grécia.

Com todo este trabalho, a Auditoria Cidadã tem dado uma valiosa contribuição para a sociedade brasileira. É urgente e necessário que de forma ampla e aprofundada, cotidianamente os movimentos e os lutadores e lutadoras sociais façam da questão da Dívida Pública, tema permanente de suas ações.

### **Mas, em que consiste o Sistema da Dívida?**

A questão do endividamento público é histórica e ele em si, não é um problema, quando se dá de forma transparente, legal e em atendimento aos interesses legítimos da população. Só que não é isso o que ocorre em nosso país, em nosso continente e em boa parte do mundo!

No Brasil, por exemplo, apesar da lei da transparência, não se tem sequer o direito de saber quem são os verdadeiros credores da dívida pública interna e externa. Obviamente não são os pequenos aplicadores!

E a presidenta Dilma acabou de vetar um artigo de um projeto de lei aprovado na Câmara e no Senado, que garante crédito de até R\$ 30 bilhões ao BNDES. **E o que dizia o citado artigo?** “Não poderá ser alegado sigilo ou definidas como secretas as operações de apoio financeiro do BNDES, ou de suas subsidiárias, qualquer que seja o beneficiário ou interessado, direta ou indiretamente, incluindo nações estrangeiras”.

Pois bem, as operações envolvendo o endividamento público são protegidas pelo sigilo bancário; enquanto o governo e governantes mentem acerca do mesmo, chegando ao absurdo de divulgarem, afirmarem e reafirmarem que a dívida externa acabou. A dívida externa não acabou como muitas pessoas pensam e, nem a intervenção do FMI em nosso país. Aliás, quando o Brasil pagou a dívida com o FMI publicou carta no site do Ministério da Fazenda, afirmando que o fundo continuaria acompanhando a economia do Brasil.

**A propósito é bom recordar! O que é a dívida externa? E a dívida interna?** Teoricamente, a dívida interna brasileira é aquela contraída em moeda nacional junto

a residentes no Brasil; assim como, a dívida externa brasileira é aquela contraída em moeda estrangeira, junto a residentes no exterior. Mas, isto é só na teoria, pois na prática, não funciona assim. E o que restou comprovado pela CPI da Dívida Pública e pela Auditoria Cidadã da Dívida ([www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)) é que dívida externa tem sido transformada em dívida interna e vice-versa. E quem são os beneficiários destas transformações?

Na prática, o endividamento público, de um modo geral, só cresce no mundo, quebrando países e levando suas populações à miséria. É a globalização financeira, a especulação, agiotagem e corrupção instituída no denominado **SISTEMA DA DÍVIDA**.

Os governos, a Justiça, os meios de comunicação, intelectuais até mesmo muitos ditos de esquerda e a sociedade, de um modo geral, reclamam da falta de recursos para atendimento aos direitos sociais básicos, como saúde, educação, moradia, segurança, alimentação. E as elites tentam responsabilizar as vítimas – a população sofrida e lançada à própria sorte – como a responsável pelo seu próprio infortúnio, com o argumento de que os municípios, estados e os países estão gastando muito, não têm controle, que a população está ficando mais velha e as aposentadorias estariam quebrando o sistema previdenciário e outras coisas mais. Chegam a questionar o próprio papel da Justiça, sua fiel escudeira, quando em alguns momentos, esta determina o pagamento de alguns direitos por parte dos patrões e dos governos, afirmando que ministros/ministras dos tribunais e juízes não foram eleitos/eleitas e, portanto, não podem impor suas decisões, diante da reserva do possível, do déficit orçamentário, da lei de responsabilidade fiscal etc..

**O que não fazem é questionar as causas da crescente limitação orçamentária do Estado, da judicialização da política e do déficit democrático do Poder Judiciário.** Ou seja, não se busca a democratização efetiva dos poderes do Estado e não se questiona o endividamento público histórico, o qual se aprimorou a partir dos anos 70, com a instituição no âmbito mundial, do **SISTEMA DA DÍVIDA**, que consiste na utilização pelo setor financeiro de diversos mecanismos, tais como: dívida sem efetiva entrega de recursos, emissão de títulos, moedas e outros produtos financeiros pelos Estados (especialmente dólares, a partir do fim da paridade com o ouro em 1971), os quais, por não terem respaldo são denominados “tóxicos”, tudo com vistas à acumulação de riqueza e à dominação política. É o endividamento público às avessas (retira ao invés de aportar recursos).

Fazem parte deste sistema os grandes bancos privados, FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, agências reguladoras de risco, bancos centrais, bancos de desenvolvimento, dentre outros. Suas operações são secretas, geralmente em paraísos fiscais e as legislações, em especial as contábeis, são modificadas sempre que lhes convém.

Estudos comprovam que há uma concentração de poder e de propriedade do sistema bancário mundial: dos 43.000 maiores negócios do mundo, 40% está concentrado nas mãos de 147 instituições altamente conectadas entre si, as quais pertencem a umas 50 entidades financeiras. Ou seja, há um domínio econômico e político do setor

financeiro sobre os países, que tem se consolidado através do financiamento de ditaduras militares, campanhas eleitorais, favorecimento da mídia e tem levado a modificações drásticas nas legislações e nas estruturas de poder nos diversos países, de acordo com os interesses do setor privado. Este sistema tem provocado crise atrás de crise, quebras, fraudes, as quais são assumidas pelos Estados Nacionais sem contrapartida alguma, elevando as dívidas públicas a cifras exorbitantes.

Dívidas estas que não param de crescer, graças aos altos custos das mesmas e às regras abusivas impostas e alteradas unilateralmente por organismos internacionais.

### **O Sistema da Dívida no Brasil e na América Latina**

Nos anos 70 cresceu de forma absurda com o financiamento da ditadura militar e mega projetos visando a exploração de riquezas naturais; nos anos 80 com a interferência do FMI e seus planos de ajuste fiscal e corte de gastos sociais, que são impostos até hoje (vide Joaquim Levy encontrando-se nos Estados Unidos com a diretora geral do FMI para apresentar o ajuste fiscal que estão impondo através das medidas provisórias 664 e 665, que tramitam no congresso nacional e a presença da referida diretora no Brasil dando pitaco sobre o corte de 70 bilhões do orçamento destinado às políticas públicas, cujos recursos já são insuficientes). A partir dos anos 90, esse crescimento aumenta com privatizações, abertura financeira e comercial, transformação de dívida externa em interna, salvamento de bancos, dentre outras medidas para favorecer o grande capital financeiro.

Mas, mesmo com o sigilo, de um modo geral, sabemos quem são os credores da dívida pública brasileira! São os denominados **DEALERS** – bancos nacionais e estrangeiros que tem o privilégio de adquirir os bônus de dívida interna em primeiro lugar, tão logo os títulos da dívida são lançados pelo governo.

Depois estes bancos nacionais e estrangeiros fazem seu jogo com estes títulos, de acordo com seus interesses. Na prática, estes bancos, inclusive, determinam os valores dos títulos, pois só os adquirem com juros que lhes interessam e muito superiores aos juros da taxa Selic, visto que os mesmos são lançados quando o governo necessita de recursos para pagamento de juros e amortizações da própria dívida. É uma verdadeira jogatina (alimentada pelo sistema da dívida), à qual os governos, representando os interesses do grande capital nacional e internacional, se submetem, em detrimento dos países e de suas populações.

O que vem ocorrendo em nosso continente e hoje até em muitos países da Europa, é que na prática, quanto mais os Estados Nacionais e no Brasil, que teoricamente é uma federação, quanto mais a União, os Estados e os municípios pagam juros e amortizações da dívida pública brasileira (Interna e Externa) ela mais cresce de forma assustadora. Todos os anos, quase 50% de todo o orçamento executado da União é para pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública Brasileira. Vale destacar que, em se tratando do endividamento público, na prática, o Brasil não tem se colocado como uma federação e Estados e municípios têm se endividado em dólar, a juros abusivos, em condições e com exigências aviltantes para pagar dívida com a

União. E a Lei de Responsabilidade Fiscal, imposição do FMI, que penaliza municípios e Estados, não se aplica ao endividamento público.

Em 2014, até 31 de dezembro, a dívida consumiu R\$ 978 bilhões, ou seja, 45% do gasto federal; a dívida interna atingiu a estrondosa cifra dos três trilhões, 301 bilhões, 51 milhões, 276 mil, 22 reais e 50 centavos e a dívida externa chegou a 554 bilhões, 708 milhões, 937 mil, 494 dólares e 1 centavo.

As maiores vítimas deste SISTEMA DA DÍVIDA são os trabalhadores e trabalhadoras, em especial, as mulheres (os insuficientes recursos destinados às ações referentes a Políticas para Mulheres sofreram uma redução de quase 20% em 2013 e 2014 e as políticas sociais na prática, inexistem); os povos indígenas que continuam abandonados à própria sorte e vitimados pelos grandes projetos que destroem o meio ambiente, suas terras e o seu território. Em 2013, apenas 0,06% dos recursos foram para o orçamento indígena; a juventude, especialmente negra, que sem perspectivas, lançada ao desemprego e à marginalidade, é submetida a uma verdadeira faxina étnica.

Entendemos a **necessidade de** fazer da questão da Dívida Pública, **uma de nossas principais** bandeiras de luta e ação cotidiana. E neste sentido, **devemos**: a) Reafirmar o compromisso com a luta pela Auditoria da Dívida Pública no Brasil; b) Incentivar o apoio das entidades e a participação dos lutadores e lutadoras sociais na construção e fortalecimento dos Núcleos Estaduais da Dívida Pública; c) Elaborar materiais relativos à questão da Dívida Pública e ampliar a divulgação de cartilhas, vídeos, livros e publicações em geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; d) Ao tratar da Dívida Pública, deverá buscar, também, desmitificar a Ditadura Militar como sinônimo de seriedade, honestidade e defesa do país; o Plano Real como sinônimo de estabilidade e o falso Fim da Dívida Externa, mostrando para a sociedade a relação entre eles e o acelerado crescimento da Dívida Pública Externa e Interna em nosso país; inclusive, com os fortes indícios de que a ditadura militar foi financiada pela dívida pública ilegal, ilegítima e imoral; e) Denunciar a transformação da Dívida Pública Externa em Interna e vice-versa, como foi comprovado pela CPI da Dívida Pública e que a dívida pública interna é a nova faceta do endividamento externo, a nova forma de favorecimento do grande capital nacional e internacional; f) Denunciar que a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) representava uma pequena parte, cerca de 7,5% da Dívida Externa. E para pagar antecipadamente esta dívida o Brasil emitiu títulos da dívida pública brasileira, aumentando a Dívida Pública Interna de forma absurda, pois os juros da dívida com o FMI eram de 4% e os dos novos títulos quase 20%. E mais, que mesmo com o pagamento, o FMI nunca deixou de determinar as políticas que são implementadas no Brasil; g) Denunciar, também, que os credores da dívida pública interna brasileira são os denominados DEALERS – bancos nacionais e estrangeiros que tem o privilégio de adquirir os bônus de dívida interna em primeiro lugar, tão logo os títulos da dívida são lançados pelo Governo. Depois estes bancos nacionais e estrangeiros fazem seu jogo com estes títulos, de acordo com seus interesses. Na prática, estes bancos, inclusive, determinam os valores destes títulos, pois só os adquirem com juros que lhes interessam e muito superiores aos juros da taxa Selic; visto que os mesmos são lançados quando o Governo necessita de recursos para

pagamento de juros e amortizações da própria dívida; h) Que a dívida pública interna e externa é uma verdadeira jogatina (alimentada pelo Sistema da Dívida, conjunto de instrumentos e mecanismos de ampliação e manutenção da dívida pública), à qual o governo, representando os interesses do grande capital nacional e internacional, se submete, em detrimento do Brasil e de sua população.

Na luta cotidiana os/as militantes da APS devem buscar envolver o conjunto da sociedade na luta pela Auditoria Oficial da Dívida Pública, usando todos os momentos e espaços possíveis para tanto, pois sem isso não só não teremos as políticas públicas asseguradas, como teremos cada vez mais direitos trabalhistas, sociais e previdenciários negados/cassados, assim como o aumento da privatização, terceirização e da sangria dos recursos públicos.

## Nossa América!

A expressão “Nossa América” surge entre 1875-1878, quando José Martí esteve exilado no México e na Guatemala e atinge o auge em 1871 com o ensaio “Nuestra América”. Mas, quem foi Martí e a que América ele se referia?

### **Em 1972, Fidel Castro, referindo-se a Martí, assim falou:**

*José Martí, guia e apóstolo de nossa guerra de independência contra a Espanha, ensinou-nos esse espírito internacionalista que Marx, Engels e Lênin confirmaram na consciência de nosso povo. Martí pensava que “pátria é humanidade” e nos traçou a imagem de uma América Latina unida, frente à outra América imperialista e soberba, “conturbada e brutal” – como ele dizia –, que nos desprezava. (Apud RETAMAR, 1983, p.62).*

Martí, afirmava: **“Os povos que não se conhecem não têm pressa em conhecer-se, como quem vai lutar junto”**. Seus ensinamentos, assim como de vários outros pensadores de Nossa América, inclusive brasileiros, permanecem atuais. E o sonho da “Pátria Grande”, que só se tornará realidade com a organização e luta do povo latinoamericano precisa tocar corações e mentes dos lutadores e lutadoras do nosso país.

Precisamos voltar os nossos olhares para nós mesmos! E a partir de nossa realidade, das experiências e pensadores de Nossa América e das nossas referências históricas gestarmos nossos próprios caminhos.

A Nossa América, historicamente tem sido saqueada, agredida, subjugada, graças à subserviência de seus/suas governantes e às intervenções dos países imperialistas. Intervenção que, graças a esta política, tem sido implementada e/ou auxiliada por países da própria região, a serviço dos impérios europeus e estadunidenses e/ou de acordo com seus interesses comerciais. É assim, por exemplo, que o Brasil, inclusive, tem agido em muitos momentos em relação aos países da região.

Os mecanismos têm sido os mais variados! Destacamos o **SISTEMA DA DÍVIDA**, que desde os anos 70 vem penalizando Nossa América e ampliando o endividamento público da região.

No momento, graças às especulações financeiras provocadas pelos bancos, agências de risco, organismos internacionais, como o FMI e Banco Mundial, cerca de 14 bilhões de dólares saem da América Latina, por semana. E isso ocorre não só na América Latina, basta lembrarmos o que ocorreu com os chamados países emergentes, com a Rússia e até mesmo com países europeus, como Turquia, Grécia, Espanha, dentre outros.

O fato é que, embora no nosso continente se tenha ouvido afirmações, como a do governo brasileiro, de que a crise mundial era uma marolinha, seus efeitos foram brutais para o país, tanto com as políticas implementadas à época em que estourou a crise nos Estados Unidos, como hoje, quando a política monetária nos EUA dá sinais de uma certa normalização, com fortes impactos sobre o investimento; o que leva à imposição de medidas de ajustes ainda maiores, para pagamento de juros e amortizações das dívidas.

Os investidores já começam a buscar alternativas para manter seus altíssimos lucros e o governo já não tem mais como esconder a crise. Em fevereiro de 2014, ao apresentar relatório sobre as perspectivas da OCDE para a América Latina, José Ramon Perea, economista do Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirmava que a região era uma das que “mais saídas de fundos registram, tanto em dívida como em carteira, a cada semana. Estão saindo cerca de 14 bilhões de dólares por semana da região frente aos 9 bilhões que se registraram no passado mês de maio”, quando o *Federal Reserve* (conglomerado de bancos privados) “explicitou pela primeira vez sua intenção de começar a reverter a política monetária ultra expansiva”. Vale ressaltar que uma carteira de investimentos são “ativos que compõem o patrimônio de um fundo em determinado momento do tempo e pode ser alterada pelo gestor conforme a evolução das condições do mercado”, ou seja, não necessita de deliberação de assembleia de cotistas.

E têm sido frequentes as previsões para baixo tanto em relação aos investimentos como à capacidade dos países de honrarem seus compromissos. Com raras exceções, o crescimento econômico dos países da região tem caído cada vez mais, suas bolsas de valores despencaram diversas vezes, como no México, Peru, Brasil. As moedas sofreram grandes desvalorizações, com o peso argentino no topo da cabeça com uma desvalorização de 20%.

A previsão é de que o investimento estrangeiro na região se estabilize em 2014 e 2015 em torno de 5% do PIB, porém com uma nítida distinção entre os países do **Mercosul** (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela) e os da **Aliança do Pacífico** (México, Colômbia, Peru e Chile). Estes serão os principais receptores de investimento estrangeiro na região, segundo o relatório do IIF (Instituto Internacional de Finanças). Enquanto isso, a Argentina e a Venezuela por razões políticas, continuarão sofrendo os ataques e a forte pressão externa.

E todos, terão menores investimentos, graças à redução no volume comercial, à moderação dos preços de matérias primas - menores preços das *commodities* - e às incertezas em relação às condições financeiras e monetárias globais, devido ao “débil crescimento econômico da zona do euro, ao menor dinamismo da economia chinesa e ao impacto de um eventual endurecimento da política monetária dos Estados Unidos”.

**E para superar a crise e enfrentar a situação, o que eles exigem?**

Quando são os bancos e empresas que quebram, eles exigem dinheiro do povo, que lhes é repassado pelos Governos, bancos de desenvolvimento, como o BNDES, diretamente ou de inúmeras formas, como veremos a seguir, ao tratarmos sobre o Sistema da Dívida. Mas, quando os países, seus Estados e municípios quebram, eles buscam novos mercados e para retornarem exigem cada vez mais sacrifícios para a população: ajustes fiscais, reformas trabalhistas, sociais, previdenciárias, aumento de impostos, redução dos gastos com as políticas públicas etc.. Exigem, também, as reformas 2.0, ou seja, as denominadas reformas de segunda geração, reformas estruturais, voltadas para a melhora da educação (vide “Brasil, Pátria Educadora!”, lema do segundo Governo Dilma), da infraestrutura e do ambiente de negócios.

O certo é que a América Latina, como afirma o FMI “está longe do crescimento médio de 4,5% que registrou entre 2003 e 2011”. E mais uma vez, para aqueles/aquelas que acreditaram na mentira do Governo Lula de que pagou a dívida externa e se livrou do FMI uma das primeiras ações do novo ministro da Fazenda, foi reunir-se com a diretora-chefe do FMI, nos Estados Unidos.

Mas, como pregou Marti, Simon Bolivar, Abreu e Lima, Mariatégui, a América Latina tem saída e passa pela própria região, tanto do ponto de vista político, quanto econômico e social.

Precisamos nos voltar para a nossa própria história, compreender a realidade da Nossa América e lutar para que alternativas sejam gestadas e/ou consolidadas, de acordo com os interesses de nossa própria região; mantendo relação de solidariedade com aqueles países e povos, que enfrentam as mesmas imposições e agressões dos países imperialistas e seus agentes, a serviço do grande capital internacional e do imperialismo.

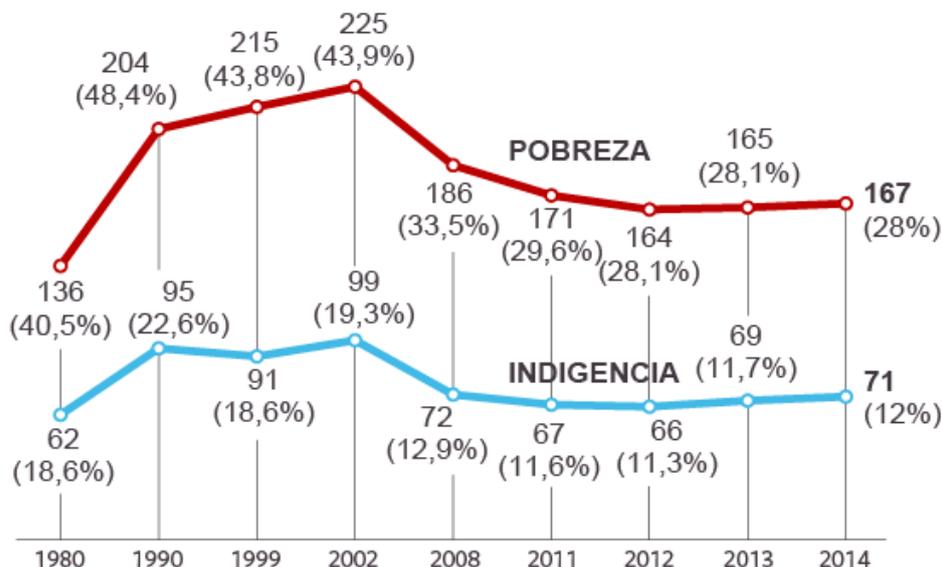
## **Pobreza e Indigência na América Latina**

Apesar da propaganda e dos avanços nas últimas décadas, os países da América Latina, lideram os rankings de pobreza e de desigualdade de renda entre os países em desenvolvimento.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a pobreza “persiste como um fenômeno estrutural que caracteriza a sociedade latino-americana”. Ela estima que 28% dos latino-americanos, em 2014, viviam na pobreza. São 167 milhões de pessoas, das quais 71 milhões vivem na indigência. Vale lembrar, que é muito tênue a linha que separa a indigência (quem vive com 02 dólares por dia), a pobreza (quem vive com 02 a 04 dólares por dia) e a classe média (quem ganha entre 04 e 50 dólares por dia). Veja a seguir os dados da CEPAL, publicados em El País.

## POBREZA E INDIGENCIA EN AMÉRICA LATINA

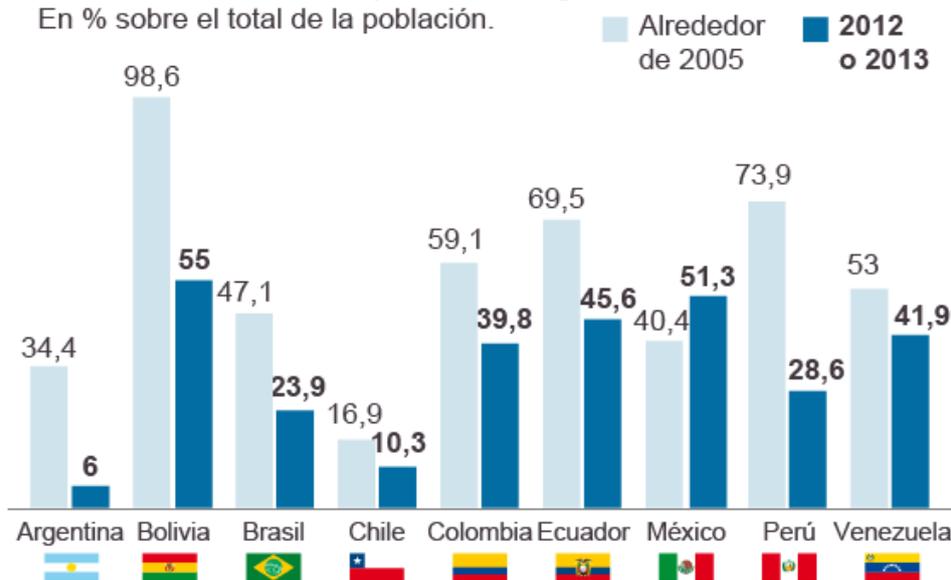
En millones de personas. Entre paréntesis, en porcentaje.



### ► Por países

Personas en situación de pobreza o indigencia.

En % sobre el total de la población.



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). EL PAÍS

Vale destacar, ainda, que de acordo com a OCDE a informalidade representa entre 60% e 70% da economia da América Latina, isto é, “130 milhões de pessoas estão de forma permanente, ou durante grandes períodos de suas vidas, na informalidade”. Além do desemprego, da informalidade, estão ameaçadas as aposentadorias e pensões. A OCDE, o BID e o Banco Mundial têm afirmado que “em 2050, entre 63 e 83 milhões de pessoas poderão não receber uma pensão adequada, se não houverem reformas e esforços para aumentar o emprego no setor formal, incluindo o acesso a educação de qualidade”.

## **Meio Ambiente - Não são só os empregos e as aposentadorias que estão ameaçadas!**

Em 2014 a América Latina foi a região mais perigosa para os defensores e defensoras do meio ambiente. Das 116 pessoas que perderam a vida no mundo por lutarem contra projetos que põem em perigo a conservação do nosso planeta – 20% a mais que em 2013 – segundo a organização britânica Global Witness, 87 foram assassinadas na América Latina, assim distribuídas: Brasil - 29 homicídios; Colômbia - 25; Filipinas – 15 e Honduras – 12, sendo este último, o país mais perigoso.

Cerca de 40% das vítimas são indígenas e os assassinatos estão relacionados com projetos de mineração, agrícolas e hidroelétricas. E não são apenas os assassinatos e a violência física, há, também, a violência estatal, com a limitação das liberdades civis e a aprovação de leis de destruição do meio ambiente. E quando estas não bastam, ainda recorrem aos tribunais, que como sabemos, além das limitações legais (déficit democrático, separação de poderes etc.), atuam de acordo com os interesses políticos. Na verdade há uma conjugação de interesses entre empresários, governos, parlamento e a justiça.

### **Juventude: desafios ainda maiores!**

Se não tem sido fácil para os trabalhadores e trabalhadoras conviverem com o desemprego ou ameaça dele, menos ainda tem sido para os/as jovens, especialmente negros/negras, que além da discriminação racial, têm que passar pelo funil de uma educação pública, distante e alheia, de um modo geral, à sua realidade. E quando conseguem escapar da marginalidade **criminal** (caminhos aparentemente fáceis que lhes são apresentados a todo instante) têm que enfrentar a árdua luta em busca do emprego, cada vez mais escasso, tendo que vagar muitas vezes, sem perspectiva.

Segundo a OIT, em seu documento "Formalizando a informalidade juvenil", 06 de cada 10 jovens trabalham na informalidade na América Latina, isto é, 27 milhões de jovens entre 15 e 24 anos não têm um trabalho formal, ou seja, recebem bem menos, não têm os direitos trabalhistas respeitados e nem condições dignas de trabalho e, deste modo, comprometem não só a qualidade do trabalho, mas o seu próprio futuro. Guatemala, Honduras, El Salvador, Perú e Paraguai são os países com a maior taxa de emprego juvenil informal: entre 70 a 80% dos/das jovens que trabalham. Na outra ponta estão Costa Rica e Uruguai, com 30 e 33 %, respectivamente.

Outro dado importante é que 91,8% dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas entre 15 e 24 anos estão na informalidade e 86,4% dos/das jovens que trabalham de maneira independente, também, exercem sua profissão de maneira informal. Vale ressaltar ainda que, de acordo com o estudo da OIT o nível educacional dos/das jovens é bastante elevado. E que, nas microempresas que têm até 10 trabalhadores, a taxa de informalidade é de 72,1% e nas que têm mais de 10 empregados a taxa de informalidade é de 22,6%.

Faz-se necessária uma luta contra a informalidade, contra a terceirização e todas as formas de precarização do trabalho; assim como, o combate ferrenho ao trabalho

escravo e trabalho análogo ao de escravo, que ainda persistem. E buscar medidas que assegurem o aumento dos salários, a formalização do trabalho, o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a redução da jornada de trabalho e a capacitação da mão de obra.

## **Povos Indígenas e Negros e o Estado Brasileiro**

A nossa maior riqueza é a nossa diversidade, a nossa história, o nosso saber milenar, a nossa natureza, rios, mares, florestas...o nosso povo alegre e solidário.

Riqueza que muitos povos já não possuem e, portanto, fomentam as guerras, o genocídio, as atrocidades de todas as dimensões e de todas as formas, ao longo dos séculos, como a que vemos em diversas partes do mundo nos dias atuais; levando à barbárie como as perpetradas por grupos extremistas financiados e constituídos originalmente pelos governos imperialistas.

Barbárie, como a que vemos nos mares do planeta, com navios negreiros que causam tanto horror, quantos os que cruzaram os mares com nossos antepassados, escravizados, subjugados, assassinados, aviltados em sua condição humana à época e ao longo da história.

Barbárie, como as que vemos em nosso continente e em nosso país, onde homens e mulheres, especialmente crianças, adolescentes, jovens e negros, são lançados à marginalidade, às drogas, à violência, insegurança, à falta de perspectiva de vida digna, são submetidos a uma verdadeira faxina-étnica e tentam a todo momento, não só retirar-lhes os direitos que lhes restam, como encaminhá-los para as prisões ainda mais cedo, verdadeiros antros de aniquilação da dignidade humana.

Barbárie, como a que, de forma velada ou não, tentam manter os nossos povos, fazendo-os crer que não existe saída e de que realmente, são responsáveis por seus infortúnios.

### **Mas, o povo da Nossa América resiste e avança!**

Não é uma luta fácil, pois os grilhões, as amarras, a escravização, o extermínio cotidiano, a negação das condições de vida e humanidade são constantes, como se desprende da realidade vivida pelos povos indígenas no Brasil, que ainda são tratados como seres inferiores, 515 anos após a invasão do nosso país.

É que os invasores europeus que aqui desembarcaram decidiram que os indígenas eram ignorantes, não tinham alma e, portanto, eram passíveis de serem escravizados e exterminados.

Esta política perdurou por séculos, até que no início do século XX, com o Marechal Rondon, há a tentativa de integrá-los à vida nacional. Mas, apesar das intenções, o fato é que a nova política indigenista, também foi nefasta para os povos indígenas, pois continuava negando-lhes o direito a viverem dentro do seu próprio território, com o seu modelo de produção e desenvolvimento.

Reduziu-se o massacre armado indígena perpetrado pelo Estado, mas continuaram as outras formas de extermínio que perduram até hoje e que levam indígenas ao suicídio e a morrerem lutando pela vida, às margens das estradas e fazendas, confinados em reservas, em regiões densamente povoadas ou nas periferias das cidades, no choque com grileiros, garimpeiros, fazendeiros, governantes, jagunços, com o alargamento das fronteiras agrícolas e com todos os projetos de destruição do meio ambiente e das riquezas naturais. Continuam, a todo custo, tentando expulsar de suas terras, de onde

estão suas riquezas naturais, os povos indígenas que ainda resistem, para jogá-los nas favelas ou para trabalharem como empregados nas fazendas.

Deste modo, do sul ao norte do país, povos indígenas seguem vivendo fora do seu território, à margem das estradas e muitos preferem agir como seus ancestrais e suicidam-se, pois preferem matar-se a viverem como escravos.

Não podemos esquecer que os povos indígenas foram praticamente dizimados em nosso país. Hoje existem apenas 250 etnias, com 196 línguas maternas, vivendo, de um modo geral, em condições desumanas, confinadas em pequenas áreas ou espalhadas pelas periferias das grandes cidades, sem direito à sua terra, ao seu território, à sua identidade e à sua cultura.

Não há uma política voltada para as reais necessidades dos povos indígenas.

Não há um efetivo reconhecimento e demarcação de suas terras, assim como não há a garantia das terras quilombolas para seus verdadeiros donos.

### **O trabalho negro no Brasil e o direito à terra indígena e quilombola**

A burguesia brasileira e os grandes meios de comunicação, que enaltecem o direito constitucional à propriedade privada – um direito tido como natural, um direito positivado - não o reconhecem quando se trata das terras quilombolas e dos povos indígenas, primeiros habitantes e verdadeiros donos das terras deste país.

E deste modo, o que se constata é que indígenas e negros ainda hoje são as maiores vítimas das políticas governamentais de exclusão, discriminação, exploração e opressão!

Há 127 anos, oficialmente, foi abolida a escravidão no Brasil, mas até hoje, ainda se fazem necessárias campanhas e ações de combate ao trabalho escravo.

Um grande número de trabalhadores e trabalhadoras, inclusive, nos maiores centros urbanos, trabalha em situação análoga a de escravo. E os povos indígenas estão completamente abandonados. E, para piorar a situação e favorecer o agronegócio, megaprojetos estão sendo desenvolvidos nos rios Tapajós e São Francisco, em Belo Monte e em toda a Amazônia, colocando em risco a sobrevivência física, material, cultural e espiritual destes povos.

E os historiadores e historiadoras, com raras exceções, até mesmo aqueles/aquelas cujas elaborações são utilizadas pelo movimento sindical e popular, de um modo geral ignoram o trabalho desenvolvido pelos negros, negras e indígenas em nossa sociedade e falam da história da organização dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil a partir da chegada em massa dos imigrantes europeus, em 1890, quando apenas 44% da população brasileira era branca. E fazem coro com os que justificam a política do Estado brasileiro, com o argumento de que o negro brasileiro não estava preparado para trabalhar na indústria.

Vale ressaltar que no Brasil, com o fim da escravidão o projeto implantado pelo Estado brasileiro visava conformar um tipo de povo brasileiro (miscigenado), ocupar o território nacional e o novo mercado de trabalho e, deste modo, manter a dominação e a superioridade do branco sobre o povo negro. Para tanto importou mais de dois milhões de europeus, especialmente portugueses, espanhóis e italianos. À época, foram colocadas restrições aos afro-norte-americanos (com o argumento de que nos EUA existia o ódio racial - vislumbravam um “modelo racial harmônico” – a falsa

democracia racial) e aos japoneses, por serem considerados “um povo não assimilável, além do caráter prejudicial da mistura com o amarelo”. Ou seja, os projetos emancipacionistas tinham como preocupação a formação de um povo brasileiro. E os projetos imigrantistas “passam por um discurso de inferioridade racial do negro”.

O objetivo era não apenas excluir o negro de um modo geral do novo mercado de trabalho e do processo de industrialização do país, mas “preparar a subjetividade dos futuros trabalhadores livres para continuarem a considerar o branco como seu superior”.

E deste modo não contribuem de uma forma mais efetiva para uma maior compreensão sobre a sociedade brasileira e sobre a luta pela concretização dos direitos trabalhistas e sociais.

Mas, no presente como no passado os povos indígenas resistem, lutam e na prática, questionam o sistema capitalista como nenhum outro setor de nossa sociedade. Eles têm uma relação com a terra, com o seu território, com a sua cultura e com o seu povo que mesmo diante de tantas atrocidades e do descaso e estranhamento da sociedade brasileira, nunca deixaram de lutar para manterem-se em seu território original, compreendido não como a cabana, a casa ou a oca, mas como o espaço tradicionalmente ocupados pelos seus ancestrais.

Contudo, o que aparece nos jornais e TV's é uma outra realidade. Os povos indígenas são apresentados, como perturbadores da ordem, como os que não querem o desenvolvimento por lutarem contra a destruição do meio ambiente, contra os grandes projetos como Belo Monte, Tapajós e outros mais, que ceifam vidas e sonhos literalmente, inclusive, de operários que trabalham em condições subumanas e sem nenhuma segurança.

**E a luta dos povos indígenas tem se dado, ainda com maior força, em alguns países de Nossa América, como na Bolívia e Equador, por exemplo.**

Conhecer a realidade dos povos indígenas e negro, no Brasil e na América Latina é um passo fundamental para a luta por nossa integração regional. Precisamos nos conhecer, valorizarmo-nos, ajudar-nos e, por conseguinte, nos livrarmos da dependência, do subdesenvolvimento, das garras do capitalismo, seus governos e organizações.

Este, historicamente, é o sonho dos nossos antepassados, dos pensadores e pensadoras latino-americanos, lutadores e lutadoras sociais, revolucionários e revolucionárias que deram suas vidas, se dedicaram à luta por Nossa América, pela Pátria Grande, como Marti, Zapata, Che, Mariatégui e tantos outros/outras, como Manoel Bomfim, sergipano que, nas palavras de Darcy Ribeiro “foi um pensador original, o maior que geramos, nós, latino-americanos”.

A sociedade brasileira tem uma grande dívida econômica, social e histórica e com os povos indígenas e afros-brasileiros.

E no momento em que o Governo, macomunado com o Fundo Monetário Internacional, impõe um brutal ajuste fiscal, reduz drasticamente os gastos/investimentos nas políticas sociais para manter o pagamento de juros e

amortizações da dívida pública ilegal, ilegítima, imoral e desumana, ao falarmos dos povos indígenas não podemos, também, deixar de ressaltar que de acordo com os estudos da Auditoria Cidadã da Dívida e com a CPI da Dívida foi com o regime militar de 64 que a atual dívida externa começou sua “guinada rumo ao infinito” e neste período, também, se intensificou o processo de aniquilação dos povos indígenas e quilombolas, com perseguições, despejos ilegais, ameaças e mortes.

E qual tem sido a política adotada pelos Governos do PT e seus aliados? Pior que a de seus antecessores.

E no Congresso Nacional, os ataques também, são constantes, como os que tentam impor com a PEC 215, que transfere para o Congresso atribuição de oficializar Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) não possui as condições humanas e financeiras para atender às reivindicações dos povos indígenas.

De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, do Orçamento Geral da União executado em 2013, foram destinados R\$ 718 Bi (40,3%) para os "Serviço da Dívida", enquanto para o Orçamento Indígena foram destinados apenas R\$ 1 Bi (0,06%).



## Mulheres – Defender seus direitos é defender a vida!

O cotidiano das mulheres em todo o planeta, especialmente crianças e idosas, confirmam que as mesmas encontram-se entre as maiores vítimas das políticas de destruição impostas pelo capitalismo em todo o mundo.

São as principais vítimas da barbárie capitalista!

E historicamente tem sido assim em nosso continente e em nosso país.

Os dados sobre a realidade brasileira e sobre a violência contra as mulheres são alarmantes. A todo instante mulheres são assassinadas em nosso país, por serem mulheres.

Enfrentar a realidade das mulheres, vinculando à realidade da população e às políticas dos governos e organismos internacionais é fundamental, para

fortalecermos a ideia de que a luta é de classe, mas é também, de gênero e raça e que a vida não pode ser dissociada.

O Brasil é a 5ª maior população mundial (e 51% são mulheres). É a 7ª maior economia do planeta, mas tem a pior distribuição de renda do mundo. Está no 79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – segundo relatório divulgado pela ONU; é o penúltimo no ranking da Educação (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais) e o 128º no ranking do crescimento econômico.

E nos momentos de agudização da crise, de conflitos armados, de insegurança e violência, as mulheres são as mais vítimas. É o que ocorre no Brasil neste momento, com a falta de direitos sociais elementares, previstos na Constituição Federal, tais como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

Portanto, a luta pelo respeito aos direitos das mulheres, contra todas as formas de exploração, opressão, discriminação, preconceito e intolerância por razão de gênero, condição sexual, idade, região, raça/etnia faz-se urgente e necessária, pois apesar de todos os avanços, de todas as lutas, o que se percebe em nossa sociedade é um verdadeiro retrocesso em relação aos valores humanos. É uma ofensiva política-ideológica do conservadorismo mais extremado, manipulando cotidianamente os corações e mentes das pessoas, enquanto os recursos voltados para as políticas para as mulheres, já insuficientes, têm sofrido drástica redução, quase 20% como demonstra a Auditoria Cidadã da Dívida, com estudo comparativo a seguir:

**Execução do Orçamento do Programa “Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia” – 2013 e 2014**

Ação	Realizado (*) em 2013 (R\$)	Realizado (*) em 2014 (R\$)
Construção da Casa da Mulher Brasileira	-	18.733.334,00
Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres	20.783.788,00	15.988.012,00
Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	89.114.951,00	39.594.950,00
Publicidade de Utilidade Pública	4.499.049,00	14.005.010,00
Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	5.768.671,00	11.178.986,00
Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres	14.994.177,00	13.824.293,00
<b>TOTAL</b>	<b>135.160.636,00</b>	<b>113.324.585,00</b>

Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

(\*) – Valores empenhados em 31/12 do ano correspondente.

Portanto, em defesa da dignidade humana, a luta das mulheres deve ser fortalecida! Em defesa dos direitos de todas as mulheres: negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras, idosas, aposentadas, crianças, adolescentes e jovens.

**Defender os direitos da mulher é defender a vida!**

## **Idosos e Idosas – Desrespeito, doença e pobreza!**

O envelhecimento populacional é um fenômeno observado na maioria dos países, a exemplo do Brasil. De acordo com a ONU, em 2050, há a probabilidade de atingir cerca 2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos, o que será equivalente à população infantil (0-14 anos). Na América Latina e no Caribe vivem cerca de 8% dos idosos e idosas e a projeção é de que este percentual atinja 22,5% em 2050.

Estes dados e a realidade da população latino-americana e brasileira, em especial, com condições de vida cada vez mais precárias, sem políticas sociais efetivas, do nascimento à velhice, só demonstram quão grave o problema do envelhecimento se apresenta para populações duramente atacadas nos seus direitos ao longo da vida.

No Brasil, em razão de seu processo de formação social, o envelhecimento populacional também não se processa de maneira igual. Observa-se no país padrões encontrados tanto nos países classificados como de “primeiro”, quanto nos países de “terceiro mundo”. A população no Brasil mudou com relação à idade e expectativa de vida. A nova expectativa de vida do brasileiro é de 74,9 anos em 2013, segundo cálculo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estima-se que até 2020, o país conte com 40 milhões de pessoas acima de 60 anos, passando a ser o sexto país com mais idosos/ idosas no mundo. O crescimento da população idosa significa, também, aumento do número de pessoas com doenças crônico-degenerativas e suas complicações.

Temos muito mais idosos e idosas, mas quase nenhuma política eficiente para atender-lhes com qualidade. E a violência estatal só agrava ainda mais a situação, com o arrocho das aposentadorias e pensões, dificuldades para se conseguir a aposentadoria, agressões domésticas, doenças e falta de assistência médica, remédios, o sentimento de inferioridade, que fazem inclusive, com que as mulheres idosas se sintam culpadas pela violência, o medo são cada vez mais constantes.

O descaso dos governos com o serviço público de saúde é gritante, inclusive, com a não valorização dos profissionais da área e com a privatização da saúde. E para quem precisa da especialidade de gerontologia e geriatria, a situação é ainda pior.

O Brasil está completamente despreparado para atender às necessidades dos seus idosos e das suas idosas.

Mesmo a velhice sendo um processo universal, apresenta um forte componente de gênero, já que as mulheres estão vivendo mais que os homens. Dentre os principais

problemas enfrentados pelas idosas e pelos idosos, o maior deles é o da violência, que não ocorre somente no Brasil.

O aumento do número da violência contra idosos/idosas deve ser considerado pelo poder público e pela sociedade como um dos problemas sociais que merecem ser incluídos enquanto prioridade. É preciso tornar visível os casos de violência contra idosos a fim de coibir tal prática.

O Estatuto do Idoso, fruto da luta de algumas entidades, tornou realidade a demanda dessa parcela significativa da sociedade, caracterizando como crime os atos diversos de violência e discriminação contra idosas/ idosos. Com a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340), em 2006, o elemento idade entra finalmente em cena com possibilidade de ter consideração jurídica e real nos casos de violência contra a mulher. Pelo menos como prescrição, de acordo com o que rege o artigo 2º: “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.” Na vida cotidiana, na política e na pesquisa acadêmica, poucos se manifestam sobre a violência contra idosas/idosos. Isso é lamentável, porque a violência contra as mulheres não se restringe às jovens, no período reprodutivo, como retrata a grande maioria dos trabalhos. Ao contrário, essa violência continua e assume novas formas na velhice, e é exercida, como vêm demonstrando as pesquisas, majoritariamente por filhos, filhas e netos. Muito da violência contra as idosas e os idosos deve-se à recusa, consciente ou até instintiva desses, de acatar o que os/as mais jovens querem: que elas/eles retirem-se da posse dos bens — da aposentadoria, da pensão, da casa — ou até da própria vida, incômodas criaturas que atrapalham os espaços e as redes de relações e “dão trabalho”. A violência contra as idosas deve ser vista e analisada como uma violência que se dá em âmbito geracional, que ganha maior visibilidade por conta da situação de gênero. Por isso, é indissociável a análise dos acontecimentos no contexto articulado dessas duas dimensões, de gênero e de gerações. No caso da violência doméstica contra as idosas e os idosos, as mulheres são a maioria das vítimas. Isso por causa da lógica do sistema patriarcal, que considera que a mulher vale menos do que o homem, independente da idade que ela tenha. Também conta o fator financeiro: as mulheres idosas normalmente são bem mais pobres do que os homens idosos.

É preciso que os movimentos sindical, partidário, feminista e popular incluam em suas pautas de luta o combate a todas as formas de discriminação e violência contra os idosos e as idosas, geralmente “silenciadas” ou “abafadas” pelas famílias. O Dia Internacional de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, 15 de junho, deve fazer

parte do calendário de lutas das entidades e movimentos sociais. Também é necessário e urgente abrir o debate sobre a rede de proteção às idosas e aos idosos, em todos os municípios, com órgãos como Promotorias do Idoso e da Idosa, Varas do Idoso/Idosa, Defensorias do Idoso e da Idosa, Conselhos de Direitos do Idoso e da Idosa, atendimento domiciliar, residência temporária para idosos e idosas vítimas de violência, Centro-Dia para atendimento de idosas e idosos, oficina abrigada de trabalho para que o idoso e a idosa complementem a sua renda, casas-lares, capacitação de cuidadores de idosas/idosos e conselheiros, reserva de leitos em hospitais gerais e atendimentos especializados nos consultórios dos hospitais públicos, os quais devem possuir médicos geriatras. A interlocução entre todos esses órgãos/instituições torna-se essencial para a garantia dos direitos dos idosos/ idosas. Além de fiscalizar a forma do atendimento prestado, é preciso exigir a aplicação correta das verbas previstas para o atendimento dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal.

## **Luta Camponesa e Urbana no Brasil hoje!**

Quando se fala da luta pela terra hoje, fala-se da conquista da terra para uso da agricultura familiar, que há muito deixou de ser uma atividade coadjuvante da economia nacional. E passou a ser uma das principais formas de distribuição de renda do Brasil.

O mais recente censo agropecuário do IBGE consolidou um quadro nítido desse setor, apontando que mesmo com cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos, a agricultura familiar ocupa tão somente 24,3% da área agricultável, produz 72% dos alimentos consumidos no país e emprega 74,4% dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de ser responsável por mais de 38% da receita bruta da agropecuária brasileira.

Apesar de toda essa atividade e importância da agricultura familiar, paradoxalmente, os governos Lula/Dilma, promoveram o desmonte da estrutura dos órgãos de desenvolvimento agrário no país, precarizaram as condições de trabalho, reduziram quadro de funcionários e arrojaram seus salários. E ainda discrimina servidores/servidoras. Por exemplo: A remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (que atendem a agricultura familiar), é duas vezes e meia inferior à do Ministério da Agricultura –MAPA (diretamente ligado ao Agronegócio). Mesmo com belas campanhas promocionais do governo, sabemos que a agricultura familiar no Brasil encontra-se mais endividada que nunca. A Reforma agrária está parada, a concentração fundiária cresceu nos últimos anos e as mortes no campo por conflito agrário se propagaram assustadoramente. A pobreza concentrou-se justamente no meio rural, como mostram os dados apresentados pelo próprio governo.

Na última década, o uso de agrotóxicos no Brasil assumiu proporções assustadoras. Entre 2001 e 2008, a venda de venenos agrícolas saltou de US\$ 2 bilhões para cerca de US\$ 7 bilhões, levando o Brasil à triste posição de maior consumidor mundial de

veneno. Foram 986,5 mil toneladas de agrotóxicos aplicados. Em 2009, a situação foi ainda mais grave: ampliou-se o consumo e ultrapassou-se a marca de um milhão de toneladas, ou seja, 5,2 kg de veneno por habitante do Brasil.

Este modelo agrícola, baseado na grande monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na produção de commodities (mercadorias) para exportações é insustentável. Os dados gerados pelos próprios agentes do agronegócio atestam isso, como os dados da Confederação Nacional da Agricultura – CNA (órgão representado pela atual ministra da Agricultura, Kátia Abreu), que destacam sucessivos prejuízos sofridos pelos grandes produtores de grãos. O que não explicam diante desses dados são os lucros dos grandes produtores, que vivem a ostentar seu progresso.

Mas, na verdade o que ocorre é que, enquanto os agricultores e agricultoras familiares vivem em situação de precariedade e miséria no Brasil, os lucros dos grandes produtores crescem “devido ao tamanho das suas propriedades, aos polpudos incentivos do governo, repetidos perdões de dívidas e por receberem em média 20 vezes mais recursos governamentais que a agricultura familiar”.

Além disso, vale destacar que os grandes produtores não arcam com os custos ambientais e sociais – as denominadas “externalidades negativas” – provenientes de seu modelo produtivo, como as contaminações ambientais e intoxicações sofridas pela sociedade; razão pela qual, fizeram de tudo para alterarem de forma irresponsável o código florestal e manterem a desregulamentação da comercialização de agrotóxicos no Brasil.

E lamentavelmente, este modelo adotado em nosso país, de um modo geral, ocorre em Nossa América, com prejuízos incalculáveis, para os povos e para o meio ambiente. O desenvolvimento econômico não pode continuar calcado na destruição e no desrespeito à vida em todas as suas formas. Portanto, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, camponeses, lutam pela terra e pelas condições para nela trabalharem e viverem. Lutam pela reforma agrária e por uma vida digna; pelo desenvolvimento econômico e social, com a promoção da agricultura familiar e de formas ecológicas na produção de alimentos.

### **Reforma agrária e Reforma urbana.**

No final de 2013 foram divulgados os dados da Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional brasileiro, os quais, oficialmente, são utilizados pelo Ministério das Cidades. Os dados referem-se a 2010, mas demonstram que mesmo que mesmo com o Programa Minha Casa Minha Vida (ou melhor, Minha Casa Minha Dívida) aumentou o déficit habitacional no Brasil.

De acordo com o Ministério das Cidades, em 2008, o número de famílias sem moradia no país era de 5.546.000 e ao final de 2010 era de 6.940.000.

Este déficit habitacional atinge todos os municípios e diretamente as famílias de baixa renda e desempregados. Diante dessa grave situação as ocupações de imóveis e terrenos vazios, ociosos, que não cumprem função social, continuará sendo o meio mais utilizado pelo povo pobre.

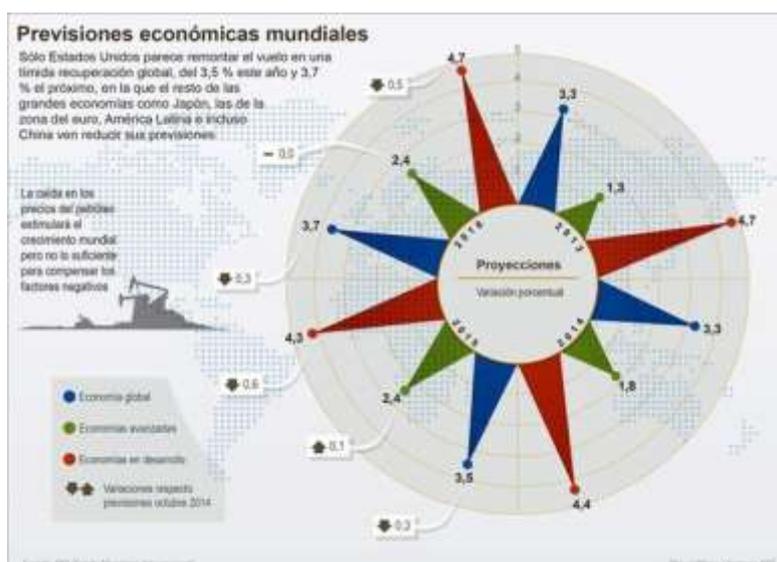
Na verdade é o único meio que restou e assim, mesmo diante da repressão e violência institucional como sempre foram e são tratadas as ocupações por parte dos gestores e da justiça, o povo pobre tem tido a coragem de ir à luta para efetivar as ocupações devido à importância crucial para as famílias de terem um teto, de assegurarem sua dignidade e o direito à vida digna.



aumentaram seu nível de renda entre 1990 e 2009. Afirmam que até 1999 os índices de pobreza extrema do Brasil e da América Latina giravam em torno de 26% e eram muito parecidos.

Mas, já admitem e afirmam que as diferenças não são tão grandes assim! E ele, o principal porta-voz e representante dos interesses das elites mundiais, o FMI, declara que “o crescimento latinoamericano de principios do século não é sustentável”.

### **Veja as previsões!**



**Agencia EFE - Infografía de la Agencia EFE sobre "Previsiones económicas mundiales", disponible en <http://infografias.efe.com>**

Em seu documento Perspectivas Econômicas Globais, apresentado em Pequim, em janeiro/2015, o FMI reduz as previsões de crescimento para a América Latina até 1,3% em 2015 e 2,3% em 2016.

Segundo o FMI, o fator comum para a redução das previsões é a baixa das matérias primas. Para ele, além da América Latina, Japão, zona do Euro e China também reduzirão o crescimento e os Estados Unidos, segundo suas projeções, terá um crescimento mais elevado – uns 3,6% em 2015 e 3,3% em 2016.

O Brasil tem projeção de crescimento de apenas 0,3% para 2015. Este percentual é 1,1% menor do que a previsão de outubro/2014 e para o México a previsão é de 3,2%. O FMI reviu para baixo suas previsões para 7 países da região, sendo que as reduções mais drásticas são para a Venezuela, com uma queda de 7% do PIB em 2015, graças à redução dos preços do petróleo. De acordo com o FMI, “cada redução de 10 dólares no preço do petróleo acarreta uma deterioração da balança comercial da Venezuela da ordem de 3,5% do PIB, um impacto muito maior que para qualquer país da região.” E “agudiza os problemas fiscais e a recessão econômica.”

Para ele “esta situação poderia ter um impacto secundário em diversas economias da América Central e do Caribe, que se beneficiam de entregas de petróleo

subvencionado por Venezuela no marco do programa Petrocaribe, já que Caracas enfrenta pressões para reduzir seu apoio a esta iniciativa”.

Até mesmo Chile a 2,8%, Colômbia a 3,8%, México a 3,2% e Peru a 4% sofreram redução em relação às previsões de outubro. Em relação à Argentina, a previsão é de retrocesso de 1,3%, um pouco menor do que a previsão de 1,5% de outubro. Segundo o FMI, a redução dos preços do petróleo “afeta o crescimento da Bolívia, Colômbia e Equador”.

## **Brasil - Desenvolvimentismo ou Socialização da Miséria?**

*Desmascarando o Discurso Governista e Combatendo a Criminalização das Lutas Sociais.*

Os movimentos sociais em geral e o movimento sindical e popular em particular, para avançar na organização, mobilização e luta numa perspectiva socialista, necessitam compreender a formação social, a história, a realidade e a luta do seu próprio povo – no nosso caso, do povo latinoamericano. Precisam entender porque, apesar da grandeza e da riqueza do Brasil, o gigante sempre voltou-se para o outro lado, mirando a Europa e voltando as costas para os seus, **isto devido a opção deliberada dos governos de subserviência e dependência em relação aos centros imperialistas.** Precisa entender o porquê da distância entre o reconhecimento do direito e sua concretização é abissal nos países da América Latina, de um modo geral. Porque quem luta para melhorar a vida, é criminalizado e muitas vezes paga com ela própria, por sua ousadia de sonhar e lutar por um mundo melhor.

Como sabemos, só a concretização dos direitos fundamentais assegura a democracia, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Mas, historicamente, os direitos humanos não têm sido respeitados em nossa região e na maior parte do mundo. E na raiz deste problema estão as opções políticas e econômicas das elites nacionais, a intelectualidade com suas teorias importadas, o escravismo, a formação social do povo latino-americano, fundamentada na negação dos/das diferentes do padrão europeu, o endividamento público, o modo de inserção do Brasil e dos demais países no sistema capitalista mundial. Em suma, a exploração, a opressão e a manipulação constante dos corações e mentes do povo.

E assim, na prática, parte considerável da população “aceita” as desgraças, como uma provação divina e não como consequência da dependência, subdesenvolvimento, Sistema da Dívida, das opções feitas pelos governantes, do descompromisso dos poderes públicos para com as políticas sociais universais, do papel desempenhado pelas Igrejas, justiça, meios de comunicação, pela polícia e demais órgãos repressores do Estado, pela dizimação dos povos indígenas, pelo analfabetismo, corrupção, ignorância/desconhecimento acerca da própria história.

O impacto real do escravismo, da dizimação dos povos indígenas, das políticas de Estado voltadas para a dominação, exploração, exclusão e opressão nestes 515 anos de resistência indígena, negra, feminista e popular é muito grande. O desrespeito aos

direitos fundamentais, inclusive, por parte dos poderes constituídos que constitucionalmente têm o dever de garantir a efetividade dos mesmos é uma constante.

E não tem sido diferente nos Governos do PT, a despeito do discurso oficial.

Em interessante trabalho intitulado, *Impactos Sociais Decorrentes da Subtração dos Recursos por meio do Sistema da Dívida*, a professora da UnB, Ivaneti Boschetti, desmascara o discurso oficial, demonstrando as armadilhas e como os recursos públicos são manipulados, em especial os da Seguridade Social, para garantir as metas do superávit primário e, por conseguinte, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna e externa. Para Boschetti, “o discurso do “universalismo básico” é o novo eufemismo para focalização e seletividade”.

Trata-se da “**expansão seletiva da Assistência Social**”. Os recursos foram deslocados da Saúde e da Previdência Pública para a Assistência social, de forma seletiva e focalizada. Ou seja, além da ampliação da assistência social ter se dado às custas da redução dos gastos com saúde e previdência não é uma política pública universal. O Bolsa Família atende 12,4 milhões de famílias, ou seja, 51 milhões de pessoas (25% da população brasileira). Já o Benefício de Proteção Continuada (BPC) atende 1,6 milhão de pessoas portadoras de necessidades especiais e 1,5 milhão de pessoas idosas (com mais de 65 anos). O seguro desemprego, tão duramente atacado com o ajuste fiscal, beneficia apenas 6,5 milhões de desempregados/desempregadas. O Regime Geral da Previdência Social atende 24 milhões de aposentados/aposentadas e pensionistas e o Regime dos Servidores Públicos, 4,7 milhões. Ademais, 48,6% da população economicamente ativa (PEA), cerca de 45 milhões de pessoas, não contribuem com a Previdência Social (destas, 83,3% vivem com renda inferior a 02 salários mínimos).

Enquanto isso, proliferaram os fundos de pensão privados, os quais tiveram na última década o maior crescimento no Brasil (14,7% quase o dobro da média de outros países). E há 20 anos os recursos da seguridade social são saqueados, através de mecanismos que vão do Fundo Social de Emergência - FSE (1993) à Desvinculação das Receitas da União (2011). Isso sem falar na concentração da terra! De acordo com o IBGE (2011), “3,35% das propriedades, com mais de 2.500 hectares, detém 61,57% das terras”, enquanto “68,5% das propriedades com menos de 100 hectares, ficam com 5,53% das terras”.

Soma-se a esta dura realidade, a redução do valor dos benefícios, cada vez maiores exigências para concessão dos mesmos, o desemprego, a terceirização, privatização e precarização do trabalho.

Deste modo, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo (é a 7ª economia e ostenta uma das piores distribuições de renda) e o tão propalado crescimento econômico, de 2000 a 2013 foi “fraco e instável”, oscilando o Produto Interno Bruto (PIB), de -0,3% em 2009 a 7,5% em 2010, sendo que em 10 dos 13 anos analisados, o crescimento do PIB esteve abaixo de 5%.

Os dados oficiais, portanto, desmascaram o discurso oficial do “desenvolvimentismo brasileiro”, cujos argumentos estão baseados em premissas que não se sustentam: “forte crescimento econômico”, “geração de emprego e renda”, “aumento do gasto social”, “valorização do salário mínimo” e “estabelecimento de políticas sociais universais”. O que vem ocorrendo, efetivamente, é a socialização da miséria, o empobrecimento dos setores médios e a concentração da renda (em 2012, conforme dados do IRPF, estimava-se que “50% dos brasileiros mais pobres detinham 2% da riqueza, 36,99% ficavam com 10,60% e 13,01% com 87,40%. Uma parcela menor entre os mais ricos, 0,21%, era dona de 40,81% do total”), de acordo com Róber Iturriet Avila, em *Brasil Debate*, 08/01/2015.

E com a agudização da crise, os cortes nos gastos sociais, as políticas ainda mais restritivas, a privatização e terceirização da saúde e previdência, dentre outros direitos trabalhistas e sociais, a tendência é piorar, não só as condições de vida da população, a insegurança e violência, a falência dos municípios, Estados e União, mas a criminalização dos movimentos sociais.

A saída é a conscientização, organização, mobilização e luta, não só dos setores organizados da sociedade, mas da população - maior vítima do Sistema da Dívida e das Políticas Governamentais.

**Faz-se, necessário, portanto:** a) Organizar internamente, Coletivo Jurídico e de Combate à Judicialização e Criminalização dos Movimentos e lutadores/lutadoras sociais; b) Elaborar publicações em linguagem simples, que desmascarem o discurso oficial acerca do “desenvolvimentismo”; c) Recontar a história da classe trabalhadora, a partir da luta dos povos indígenas e do povo negro em nosso país e em nosso continente; d) Exigir, juntamente com os movimentos indígenas e com o movimento negro, o pagamento da dívida histórica, humanitária e financeira do Estado para com o povo africano, para com os povos indígenas e afro-brasileiros pelos crimes cometidos ao longo da história e que, de certo modo, se perpetuam até hoje; e) Lutar pela demarcação das terras indígenas e quilombolas; f) Lutar para acabar com a sangria dos recursos e com o endividamento público, suspender o pagamento das dívidas interna e externa, fazer a auditoria da dívida e adotar as medidas legais cabíveis, no sentido de ressarcir os cofres públicos e só pagar dívidas legalmente constituídas e mantidas ao longo do tempo; g) Denunciar e combater a criminalização dos movimentos sociais e a judicialização das greves e lutas; h) Lutar pela taxaço das grandes fortunas; i) Lutar contra as privatizações e terceirizações, assegurar que os mecanismos de democracia participativa e controle social sejam utilizados plena e livremente; j) Resgatar os 515 anos de resistência indígena, negra, feminina e popular em nosso país, a partir da história escrita e oral do povo brasileiro em todos os Estados; k) Reafirmar os laços de solidariedade e luta com a Nossa América e conjuntamente lutar pelo rompimento com a dependência e o subdesenvolvimento, construindo uma nova arquitetura econômica regional; l) Lutar contra qualquer forma de discriminação contra os aposentados, aposentadas, exigindo políticas públicas para esta parcela significativa da sociedade.

Só com formação política e ideológica, com ações massivas, com muita organização, mobilização e luta permanentes, a Nossa América terá chance de ser efetivamente

grande, de estar entre os primeiros do mundo em desenvolvimento econômico, humano, político e social.

### **Por uma Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR)**

Enquanto tiver seu olhar voltado para o norte e não para si mesma, enquanto mantiver relações de subserviência e dependência em relação aos países centrais do capitalismo e não romper com sua inserção subordinada à economia mundial, a América Latina e o Caribe não se tornarão livres da pobreza estrutural. Com esta compreensão e com a compreensão sobre a necessidade de se perseguir o sonho de uma América Latina integrada, alguns passos tímidos foram dados e se mais não avançaram deve-se, infelizmente, ao Brasil, maior e mais rico país da região.

E deste modo, conforme dados da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), em seu estudo "Panorama Social Para América Latina 2014", a pobreza se manteve estável em 2012 e 2013, em torno de 28,1% da população e que "é necessário aplicar políticas públicas para dotar a população de serviços básicos que lhe permitam superar a linha de pobreza". E mais, que a "a indigência aumentou de 11,3% em 2012 para 11,7% em 2013, cerca de 03 milhões, chegando a 69 milhões de pessoas".

Com uma riqueza fabulosa em seu solo e subsolo, a América Latina, que representa 10% do PIB mundial, precisa buscar seus próprios caminhos. Que a luta histórica do seu povo por uma América Livre sirva de inspiração e que iniciativas que vêm sendo gestadas possam não só ser conhecidas, mas implementadas pelos países e povos da região, com solidariedade, conscientização e luta.

Os que anunciam o declínio da economia da região - Banco Mundial e FMI à frente - exigem mais ajustes fiscais e privatizações, inclusive, da previdência pública (último grande patrimônio das populações que conseguiram com muita luta mantê-la e que é cotidianamente atacado nos meios de comunicação, nos discursos oficiais e nas casas legislativas), para pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Para romper com o baixo crescimento, com as enormes desigualdades sociais é preciso romper com o Sistema da Dívida (arcabouço econômico, político e jurídico), o que só é possível rompendo de vez e de fato com o FMI, realizando a Auditoria da Dívida Pública Interna e Externa, taxando as grandes fortunas, fortalecendo as iniciativas regionais voltadas para a integração e o desenvolvimento soberano da região, avançando e consolidando a construção de uma Nova Arquitetura Financeira Regional.

É inadmissível que uma região tão rica permaneça na pobreza e indigência e com seus olhares voltados para os Estados Unidos e Europa, como historicamente tem ocorrido. Mas, para além do desenvolvimento das iniciativas no plano econômico-financeiro, não podemos esquecer que só é possível falar-se em desenvolvimento humano e social, investindo-se, em primeiro lugar, em ciência e tecnologia e educação de boa qualidade, **entende-se por isso, uma educação voltada à criticidade e não apenas voltada ao tecnicismo, que só sustenta as premissas de subserviência e oferta de mão-de-obra barata para o grande capital internacional.**

### **EM QUE CONSISTE A NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA REGIONAL (NAFR)?**

A despeito das enormes dificuldades e dos passos terem sido lentos, precisam ser conhecidas, valorizadas, questionadas e cobradas as iniciativas adotadas nas últimas décadas, visando o desenvolvimento e a integração da Nossa América. E obviamente, para serem legitimadas, necessitam estar em consonância com as reivindicações e interesses dos seus povos.

### **MERCOSUL**

**Mercosul** ou **Mercado Comum do Sul** é a união aduaneira de 05 países da América do Sul. Inicialmente este bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai. Com a cassação do mandato de Fernando Lugo, da presidência do Paraguai, o país foi temporariamente suspenso do bloco, tornando possível a adesão da Venezuela, em julho de 2013, como membro pleno do Mercosul a partir do dia 31/07/ 2012. É que o Paraguai vetava a entrada da Venezuela. Em dezembro de 2013 o Paraguai retornou

ao Mercosul e em 1996, a Bolívia e o Chile adquiriram o status de associados ao Mercosul.

Atualmente o Mercosul é composto pelos **países membros**: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Pelos **países associados**: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. O primeiro está em fase de efetivação como país-membro.

**Países observadores**: México e Nova Zelândia.

Antes do Mercosul tivemos o tratado que estabeleceu a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), na década de 60, a qual foi sucedida pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) na década de 1980.

Em 1985 a Argentina e o Brasil assinaram a Declaração do Iguaçu, estabelecendo uma comissão bilateral, que fez uma série de acordos comerciais. Em 1988, estes dois países assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que fixou como meta o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países da América Latina poderiam aderir.

Com a adesão do Paraguai e do Uruguai, em 1991, os quatro países assinaram o Tratado de Assunção, criando o MERCOSUL, uma aliança comercial, com o objetivo “dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais.

Originalmente o Mercosul era uma zona de livre comércio, na qual os países membros “não tributariam ou restringiriam as importações um do outro”. Mas, a partir de 01/01/1995, “converteu-se em união aduaneira, na qual todos os signatários poderiam cobrar as mesmas quotas nas importações dos demais países (tarifa externa comum)”.

“Em 2004 foi criado o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul, com sede na cidade de Assunção (Paraguai), com a entrada em vigor do Protocolo de Olivos; dando segurança jurídica ao bloco de integração.

## **UNASUL**

Destacam-se a **União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**, denominada anteriormente por *Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA/CSN)*, fruto da conjugação de duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). A UNASUL é uma organização

intergovernamental, que congrega 12 países da América do Sul e foi fundada em 23 de maio de 2008.

De acordo com seu Tratado Constitutivo a UNASUL tem sede em Quito/Equador, o Parlamento Sulamericano em Cochabamba/Bolívia e a sede do seu banco, o Banco do Sul, em Caracas/Venezuela.

## **CARICOM**

**Comunidade do Caribe ou ou Comunidade das Caraíbas** é um bloco que foi criado em 1973, formado por ex-colônias de potências europeias, as quais, após terem se tornado independentes, sentiram a necessidade de se unirem para suprir suas dificuldades e limitações e acelerar seu processo de desenvolvimento econômico; bem como desenvolver projetos comuns nas áreas de educação, saúde e comunicação.

É formada por 12 países e 06 territórios da região caribenha.

Desde 1998, Cuba foi admitida como observadora do Caricom. E a Venezuela faz esforços para integrar a Caricom e todos os membros do Petrocaribe numa zona de desenvolvimento relacionada com o Mercosul.

A principal fonte Os países da Caricom têm no turismo uma de suas principais fontes de renda, recebendo cerca de 15 milhões de turistas por ano.

A CARICOM tem uma população de 14,6 milhões de habitantes e sua principal fonte de renda é o turismo.

Participam da Caricom os seguintes países-membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

## **ALBA-TCP**

Destaca-se, também, a **Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio dos Pueblos (ALBA-TCP)**, criada por Venezuela e Cuba como contraponto à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Consiste numa “tentativa de integração econômica regional que não se baseia essencialmente na liberalização comercial, mas em uma visão de bem-estar social, troca e de mútuo auxílio econômico”.

Baseia-se, portanto, na “soberania, solidariedade, reciprocidade e complementaridade”. No momento, 11 países, pertencem à ALBA-TCP: 1) Cuba, 2) Venezuela, 3) Bolívia, 4) Equador, 5) Nicarágua, 6) Dominica, 7) Santa Lúcia, 8) Granada, 9) São Vicente e as Granadinas, 10) Antígua e Barbuda e 11) São Cristóvão e Neves.

Foi graças à luta dos povos contra a ALCA e a iniciativas, como estas que, em 2005, na IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, foi derrotado o projeto norte-americano da ALCA.

E neste novo contexto da região, em 2010, na estrutura da UNASUL, criou-se o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças (CSEF), tendo como objetivos: utilizar “moedas locais e regionais nas transações comerciais intra-regionais”; trabalhar com “sistemas de pagamentos multilaterais e de crédito”; desenvolver um “mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento”; aprofundar a “coordenação dos Bancos Centrais em relação à gestão das reservas internacionais”, considerar a adoção de “mecanismos de coordenação de recursos financeiros... para atender as demandas de projetos de desenvolvimento e integração”, impulsionar um “mercado sul-americano financeiro e de capitais”, desenvolver “mecanismos de monitoramento conjunto para os fluxos de capitais... em caso de crises de balanço de pagamentos” e promover “mecanismos de coordenação de políticas macroeconômicas”.

E deste modo fortaleceu-se a proposta de uma **Nova Arquitetura Financeira Regional** (NAFR), tendo os governos do Equador e da Venezuela como principais entusiastas. Assim, houve uma “forte aproximação dos Bancos Centrais da região”, antigas ideias de um Banco do Sul e um Fundo Monetário do Sul ressurgiram, assim como a proposta de se “formar um mercado regional de títulos públicos”.

Neste sentido, inclusive, quando estava em boas condições devido à alta do petróleo, a Venezuela adquiriu “títulos da dívida pública argentina e equatoriana”. Como vemos, iniciativas existem, passos vêm sendo dados, mas precisam ser conhecidos, não só para serem fortalecidos, mas para que a população possa respaldá-los e contribuir para que os mesmos sejam legítimos e venham de encontro aos seus legítimos interesses, imediatos e históricos.

## **CELAC**

A **Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)** é um organismo internacional (compõe-se de Estados) e a mais importante iniciativa e esforço de

integração política em nosso continente. Foi criada no 23/02/2010 “em seção da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, na cidade de Playa del Carmen, Quintana Roo, México. Só Honduras ficou fora, já que diversos países presentes, incluindo o Brasil, não reconhecem o governo eleito após o golpe contra Manuel Zelaya, em junho de 2009”.

É herdeira do **Grupo do Rio** e da **Calc** (Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento). O Grupo do Rio, também, denominado **Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe**, criado em 18/12/1986, através da Declaração do Rio de Janeiro, assinada pela Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela).

Vale ressaltar que anteriormente foi criado o Grupo de Contadora (México, Panamá, Colômbia e Venezuela), como “resposta à retomada da política intervencionista norte-americana na América Central, durante o primeiro mandato do presidente Ronald Reagan, consubstanciada na invasão estadunidense de Granada, em 1983”. E que o mesmo, juntamente com o Grupo de Apoio à Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), formou o "**Grupo dos Oito**", que em 1990, adotou o nome "Grupo do Rio" – “único fórum político exclusivamente latino-americano no continente”.

A **CELAC** visa construir um espaço comum, com vistas ao aprofundamento da integração política, econômica, social e cultural da América Latina e Caribe, renovar e reforçar a unidade da região, “mediante o estabelecimento de objetivos e mecanismos compatíveis com a realidade da mesma e o desenvolvimento dos vínculos de solidariedade entre os países da América Latina e Caribe”.

Pela primeira vez na história, temos um organismo que inclui todos os países de Nossa América e exclui os EUA e o Canadá. Existem divergências em relação à potencialidade deste organismo, mas o fato é que o mesmo consiste num duro golpe à desprestigiada Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao denominado Sistema Interamericano. Sua maior vitória política foi ter logrado que todos os Estados-Membros, até mesmo os mais reacionários, tenham aceito declarar a América Latina e o Caribe, como zona de paz.

Participam da CELAC 33 estados-membros, com cinco línguas oficiais (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador,

México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela (falam espanhol e representam 56% da área da região e 63% da população); Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristovão e Neves, Trinidad e Tobago, São Vicente e Grandainas (falam inglês, representam 1,3% da área, 1,1% da população); Brasil (fala português e representa 42% da área, 34% da população); Haiti (fala francês e 0,1% da área, 1,6% da população) e Suriname (falam neerlandês, popularmente conhecido como holandês e representam 0,8% da área, 0,1% da população). Os 12 membros da América do Sul contam com 87% da área da região e 68% da sua população total.

Nesta linha destacam-se questões que poderiam fazer avançar a integração e dar melhores condições aos países da região no enfrentamento da crise e de seus velhos e novos problemas: a) Criação de instituições de crédito de longo prazo, com fontes próprias de financiamento e sem exigências de contrapartidas neoliberais impostas pelas instituições de financiamento vinculadas ao FMI, Federal Reserve e Clube de Paris, dentre outras; b) “Manutenção e promoção de acordos de swap de moedas (como o Convênio de Créditos Recíprocos -CCR da Associação Latino-Americana de Integração -ALADI, o Sistema de Moedas Locais -SML do Mercosul e o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos -SUCRE dos países da ALBA)”, visto que os mesmos “permitem a mútua compensação dos pagamentos de importações, podendo reduzir a necessidade da utilização de dólares nas transações internacionais e aliviar os problemas de restrição externa”; c) “O fortalecimento de um mecanismo provedor de divisas (como o Fundo Latino-Americano de Reserva -FLAR, que seria fortalecido com a entrada da Argentina e do Brasil)”, que chegaram a aventar a possibilidade de entrada em meados de 2011, mas que, pelo visto, não o integram até hoje.

## **AMÉRICA LATINA – A Rebeldia, o Sonho e a Luta!**



Denominada América Latina, em 1856, pelo filósofo chileno Francisco Bilbao e pelo escritor colombiano José María Torres Caicedo, a região tem uma área de cerca de 21 069 501 km<sup>2</sup>, aproximadamente 3,9% da superfície total da Terra (14,1% de sua superfície emersa terrestre) e uma população estimada de 605 milhões de pessoas. Compreende 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Fazer da América Latina, a Pátria Grande e Livre das garras imperialistas é o sonho dos nossos antepassados! Um sonho que precisa reacender-se com força no seio dos lutadores e lutadoras e ganhar os corações e mentes, especialmente em nosso país. Obviamente, sem esquecermos de que somos parte de um povo, que além-mares, ao longo da nossa história tem vivido, sobrevivido, com suas dores, com suas histórias, suas culturas, suas alegrias e fundamentalmente, com sua rebeldia, seus sonhos e suas lutas: o povo indígena e africano.

E que somados a nós, outros povos aqui aportaram, trazendo também, sua valiosa contribuição para a nossa cultura e conformação do nosso país.

### **Uma dívida histórica que precisa ser reparada!**

Mas, esta diversidade e o fato de fazermos parte de um só povo, o povo brasileiro, o povo latino-americano, não deve sob hipótese alguma fazer com que esqueçamos a nossa história e suas marcas e principalmente a necessidade de reparação pelo Estado e pela sociedade.

Só nos acertando com o nosso passado e conosco mesmo, teremos melhores condições de contribuir para a libertação da Pátria Grande e de toda a humanidade, de forma eficaz!

Só nos acertando com o nosso passado e conosco mesmo, seremos capazes de rompermos com as diversas formas de opressão, os preconceitos, a discriminação, a violência, a intolerância por razão de gênero, raça/etnia, idade, condição sexual, região, dentre tantas outras.

O Estado e a sociedade brasileira precisam pagar o que devem, fazer autocrítica e pedir desculpas pelos crimes que cometeram. E exigir que os europeus façam o mesmo! O que os europeus fizeram com os povos africanos e afro-brasileiros sob os auspícios da Igreja Católica, assim como contra os povos indígenas é CRIME CONTRA A HUMANIDADE! E disto não se pode esquecer!

É preciso acabar com a sangria dos recursos e com o endividamento público, suspender o pagamento das dívidas interna e externa, fazer a auditoria da dívida e adotar as medidas legais cabíveis, no sentido de ressarcir os cofres públicos e só pagar dívidas legalmente constituídas e mantidas ao longo do tempo.

É preciso taxar as grandes fortunas, romper com as privatizações e terceirizações, assegurar que os mecanismos de democracia participativa e controle social sejam utilizados plena e livremente. Só assim, haverá recursos para a efetividade dos direitos fundamentais.

É preciso tirar as lições das Jornadas de Junho e manter a mobilização! É preciso resgatar os 515 anos de resistência indígena, negra, feminina e popular em nosso país.

É preciso conhecer e nos sentirmos parte da Nossa América! É preciso romper com a dependência e o subdesenvolvimento! Só com formação política e ideológica, com ações massivas, com muita organização, mobilização e luta permanentes, o Brasil terá chance de ser efetivamente grande, de estar entre os primeiros do mundo não só em desenvolvimento econômico, mas em desenvolvimento humano, político e social e de cumprir o papel imprescindível para a integração latino-americana, rumo à PÁTRIA GRANDE E LIVRE!

**O sonho não acabou!**  
**Em defesa da vida, outro mundo é possível, urgente e necessário!**  
**Não à Barbárie! Abaixo o Imperialismo!**  
**Viva o Socialismo!**

**FONTE:**

1. *Cornelli, Marcela* “**A LÓGICA PERVERSA DA DÍVIDA E O ORÇAMENTO DE 2015**”.
2. Fattorelli, Maria Lúcia, **Como a Dívida Pública afeta as Mulheres**, [www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br), 8/03/2015.
3. Fattorelli, Maria Lúcia, **Auditoria Cidadã da Dívida, Experiências e Métodos**, 2013.

4. González, Alicia **“O capital sai da América Latina - A região é uma das grandes danificadas pelas turbulências financeiras. Cerca de 14 bilhões de dólares por semana saem da região”**, 22 FEV 2014 - 20:00 BRT
5. González, Alicia **“Desaceleração empurra a América Latina para um ciclo de reformas - Especialistas dizem que a região precisa de melhoras em educação e infraestrutura”**.
6. González, Alicia **“Brasil: corte de gastos e freada da inflação”**, Madri 2 DIC 2014 - 18:03 BRST
7. Miranda, Lujan Maria Bacelar, **“A Legislação e a Vida – A Distância entre o Direito, a Norma e o Cotidiano das Pessoas”**.
8. Campelo, Sálvea, **Série Especial: Velhice da classe trabalhadora**, <http://www.cress-mg.org.br/>, 27/09/2013
9. Severo, Luciano Wexell **“A Nova Arquitetura Financeira Regional”**, Carta Maior, 02/06/2013.
10. Tavares, Elaine, **A mobilização nacional indígena**, IEELA.
11. Cartilha **“Gênero, Violência e Previdência”**, publicada Ação Popular Socialista – APS (Seguridade Social) Outubro de 2011.
12. **Latinoamérica, la región más peligrosa para defender el medioambiente**, AFP – 20-4-15.
13. **OIT alerta que 6 de cada 10 jóvenes trabajan de manera informal en A. Latina, De (foto) | EFE –Lima, 22 abr (EFE)**.
14. **Brasil lidera la reducción de la pobreza, según el Banco Mundial - Brasil y México acaparan la mitad de la población latinoamericana más miserable**, El País São Paulo 23 ABR 2015 - 03:57 CEST
15. **El alto crecimiento latinoamericano de principios de siglo no es sostenible, según el FMI**, Agencia EFE – Pekín, 20 ene (EFE).-
16. **FMI prevé año de "crecimiento mediocre" en América Latina y desplome en Venezuela**, De Aldo GAMBOA | AFP – enero 21, 2015 12:50 pm
17. **La pobreza sigue siendo un problema estructural en Latinoamérica, según la Cepal**, Agencia EFE – Santiago de Chile, 26 ene (EFE).
18. **La región, en búsqueda de otros modelos para crecer**, lanacion.com – CIUDAD DE MÉXICO.
19. **América Latina**, [http://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica\\_Latina](http://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_Latina), 31/05/2015.
20. Auditoria Cidadã da Dívida ([www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)).
21. **Wikipedia** (<https://pt.wikipedia.org/>).